

1. Informações sobre a Companhia

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a “Companhia” ou a “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 - salas 1301 e 1303 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contava com 510 franquias no Brasil e 5 no exterior; 47 lojas próprias distribuídas pelo Brasil e 2 lojas próprias no exterior; e um canal “web commerce” destinado à vendas de produtos da marca Schutz, Arezzo, Anacapri e Fiever.

O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

Todas as controladas da Companhia são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. (“ZZAB”)

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas nas cidades de São Paulo, Campinas, Itupeva, São Roque, Cariacica, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Brasília, Alexania, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Gramado, Belo Horizonte e Curitiba, abrangendo todas as marcas do Grupo (Controladora e suas Controladas).

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. (“ZZSAP”)

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

ZZEXP Comercial Exportadora S/A (“ZZEXP”)

A ZZEXP foi criada em 26 de abril de 2016 e tem por objeto a exportação de sapatos, bolsas e cintos de couro, artigos de vestuário, acessórios de moda do Grupo.

ARZZ International Inc. (“ARZZ Inc.”)

A ARZZ Inc. tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC, Schutz 655 LLC e Schutz Cali.

ARZZ LLC

Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

Schutz 655 LLC

Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.
Schutz Cali LLC

A Schutz Cali LLC foi criada em 21 de abril de 2016, Estados Unidos. Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Desde 2014, com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB e Deliberação CVM nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade também com as IFRS.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2015, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia (“Administração”) no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de março de 2017.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Controladas	País-sede	Participação total - %			
		2015		2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	Brasil	99,99	-	-	-
ARZZ International INC.	Estados Unidos	100,00	-	100,00	-
ARZZ Co LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00
Schutz Cali LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de formação, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder exercido em relação à investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

ii. Empresas controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	Vida útil média estimada
Instalações e showroom	10 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2016 e 2015 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.13. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1,50%
State Sales Tax (Estados Unidos)	0% a 8,875%

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

- **2. Políticas contábeis--Continuação**

- **2.14. Tributação--Continuação**

- Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

- **2.15. Outros benefícios a empregados**

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opções de ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.18. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de outros passivos financeiros e passivos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

As aplicações financeiras foram designadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. A Companhia não tem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e não tem passivos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Outros passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.19. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por cinco marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman, Anacapri e Fiever), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas e web commerce) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contrato de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. Os contratos foram avaliados pela Companhia e classificados como arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.22. Pagamento baseado em ações

A Companhia instituiu em 25 de maio de 2012 Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções") para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que está sob a administração do Conselho de Administração. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 32.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Pronunciamentos novos ou revisados

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação

As alterações na IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras esclarecem, em vez de mudar significativamente, as exigências existentes da IAS 1. As alterações esclarecem:

- As exigências de materialidade nas IAS 1.
- Que itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados.
- Que as entidades têm flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras.
- Que a parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) contabilizada utilizando o método patrimonial deve ser apresentada de forma agregada como um único item de linha, e classificada entre aqueles itens que serão ou não posteriormente reclassificados para resultado.

Adicionalmente, as alterações esclarecem as exigências que se aplicam quando subtotais adicionais são apresentados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes. Essas alterações estão vigentes para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016. As alterações não tiveram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

b) Pronunciamentos novos ou revisados mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

b) Pronunciamentos novos ou revisados mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015--Continuação

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros--Continuação

A Companhia no decorrer do exercício de 2015, realizou uma primeira avaliação sobre os possíveis impactos quanto aos aspectos de classificação e mensuração da IFRS 9. Essa avaliação preliminar baseia-se nas informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças em razão de análises detalhadas complementares ou informações adicionais cabíveis e evidenciáveis que sejam disponibilizadas para a Companhia no futuro. Em geral, a Companhia não espera um impacto significativo sobre seu balanço patrimonial e patrimônio líquido. A Companhia realizará ainda uma avaliação detalhada no futuro para determinar a extensão dos possíveis efeitos destes dois aspectos, bem como o da aplicação das exigências de perdas por redução do valor recuperável (“impairment”) da IFRS 9.

IFRS 15 – Receitas de Contratos de Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 16 – Arrendamento mercantil

A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. Todas as empresas que arrendam grandes ativos para o uso em seus negócios poderão notar um aumento nos ativos e nos passivos reportados. Isso afetará uma grande variedade de ramos de atividade, desde companhias aéreas que arrendam aeronaves até varejistas que arrendam lojas. Quanto maior a carteira de arrendamentos, maior o impacto sobre as principais métricas financeiras.

A adoção é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida adoção antecipada desde que a IFRS 15 também seja aplicada. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 16 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	78	136	938	646
Bancos	3	4.412	4.082	8.176
	81	4.548	5.020	8.822

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Renda fixa (a)	2.457	31.417	6.828	40.313
Fundo de Investimento Exclusivo				
CDB	15.826	11.584	18.665	11.584
Operações Compromissadas	16.152	23.704	19.050	23.704
Letras Financeiras (CEF)	56.165	85.746	66.243	85.746
Letras Financeiras do Tesouro	107.710	55.593	127.038	55.593
	198.310	208.044	237.824	216.940
Não circulante				
Fundo de capitalização	-	-	-	919
Total das aplicações financeiras	198.310	208.044	237.824	217.859

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Fundo de investimento exclusivo

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A.. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas sem risco de perda significativa. O fundo de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.

O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e de suas controladas. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 99,03% do CDI (101,2% em 31 de dezembro de 2015). Os ativos são compostos em 52% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 72,72% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Duplicatas - clientes nacionais	207.450	180.275	208.973	183.221
Duplicatas - clientes estrangeiros	22.974	39.402	53.485	53.681
Duplicatas - partes relacionadas (Nota 12.a)	29.837	28.800	-	-
Cheques	117	16	182	266
Cartões de crédito	-	-	68.109	59.864
	260.378	248.493	330.749	297.032
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.723)	(2.241)	(1.769)	(2.287)
	258.655	246.252	328.980	294.745
Circulante	244.979	232.035	315.304	280.528
Não Circulante	13.676	14.217	13.676	14.217

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de “cartões de créditos” e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de “duplicatas - clientes nacionais”.

A composição das contas a receber (clientes estrangeiros) por moeda é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
USD	18.575	31.806	47.042	46.085
EUR	4.399	7.596	6.443	7.596
	22.974	39.402	53.485	53.681

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(2.241)	(365)	(2.287)	(411)
(Adições) e Reversões	(3.154)	(2.034)	(3.154)	(2.034)
Realizações	3.672	158	3.672	158
Saldo no final do exercício	(1.723)	(2.241)	(1.769)	(2.287)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	249.608	224.313	319.673	271.960
Vencido até 30 dias	4.145	16.025	4.145	16.416
Vencido de 31 a 60 dias	3.071	3.819	3.075	3.866
Vencido de 61 a 90 dias	1.067	2.856	1.067	2.856
Vencido de 91 a 180 dias	1.047	1.409	1.157	1.431
Vencido de 181 a 360 dias	766	71	869	99
Vencido há mais de 360 dias	674	-	763	404
	260.378	248.493	330.749	297.032

7. Contas a receber de clientes--Continuação

O cenário econômico atual vem apresentando dificuldades financeiras para alguns clientes. Dado este contexto e baseado em análises de crédito, a Companhia realizou algumas negociações comerciais para alongamento de prazo. De forma complementar, houve um reforço nos critérios da análise de crédito e de garantias reais a fim de reduzir o risco de crédito da Companhia. Tais negociações estão documentadas por instrumentos jurídicos específicos, composições de garantias e atualização dos valores com taxas atreladas ao CDI. A composição das contas a receber por idade de vencimento acima apresentada considera os termos destas negociações.

A Companhia efetua avaliação de risco do contas a receber periodicamente e reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 uma provisão adicional de R\$3.154 (R\$2.034 em 31 de dezembro de 2015), assim a Administração entende que o saldo da provisão é suficiente para cobrir os riscos do contas a receber.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu no resultado do R\$9.124 (R\$4.631 em 31 de dezembro de 2015) referente perdas no recebimento de crédito, classificado em despesas comerciais, utilizando R\$3.672 das provisões constituídas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui garantias de cartas fianças contratadas junto a instituições financeiras, (R\$97 em 31 de dezembro de 2015).

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Matéria prima	5.910	5.672	14.598	12.359
Produtos em elaboração	-	-	3.977	9.831
Produtos acabados	31.682	33.422	89.941	87.163
Adiantamentos a fornecedores	4.196	1.793	4.693	2.071
(-) Provisão para perdas	(2.229)	(3.584)	(2.731)	(4.473)
	39.559	37.303	110.478	106.951

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções e a produção de calçados na controlada ZZSAP. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(3.584)	(1.539)	(4.473)	(1.539)
(Adições) e Reversões	(992)	(2.045)	(1.494)	(2.934)
Recuperações/ realizações	2.347	-	3.236	-
Saldo no final do exercício	(2.229)	(3.584)	(2.731)	(4.473)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS a recuperar	3.920	7.013	6.083	8.301
IPI a recuperar	-	23	1.167	821
Antecipação de IRPJ	8.148	4.787	9.099	5.610
Antecipação de CSLL	2.852	1.562	3.281	1.942
Outros	432	417	2.932	4.548
	15.352	13.802	22.562	21.222

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos ao fundo de propaganda (i)	7.253	10.002	7.253	10.002
Créditos junto a franqueados	689	2.453	689	2.453
Adiantamentos a fornecedores	1.138	2.222	2.060	4.444
Adiantamentos a empregados	663	701	1.147	1.172
Adiantamentos de viagens	302	289	363	334
Despesas antecipadas	4.574	2.688	5.009	3.775
Outros créditos a realizar	-	504	2.707	2.941
	14.619	18.859	19.228	25.121
Circulante	11.291	17.478	15.041	23.740
Não circulante	3.328	1.381	4.187	1.381

(i) Adiantamentos ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia (“Rede de Franquias Arezzo”, “Rede de Franquias Schutz” e “Rede de Franquias Anacapri”), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo”, “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz” e “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Anacapri”. Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, Rede de Franquias Schutz e Rede de Franquias Anacapri, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Sobre diferenças temporárias	5.551	3.231	5.711	3.551
Sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social	-	-	2.694	2.734
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	5.551	3.231	8.405	6.285

(i) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social em controlada.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo de abertura	3.231	2.429	6.285	4.124
Imposto diferido reconhecido no resultado	2.320	802	2.120	2.161
Saldo final	5.551	3.231	8.405	6.285

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	4.673	2.653	5.623	3.669
2018	439	289	1.391	1.308
2019	439	289	1.391	1.308
Total	5.551	3.231	8.405	6.285

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	145.946	160.982	157.000	164.557
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(49.622)	(54.734)	(53.380)	(55.949)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos em empresas controladas	-	-	(2.390)	(3.351)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:				
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	3.952	4.412	3.952	4.412
Equivalência patrimonial	3.856	(2.288)	-	-
Juros sobre capital próprio	15.008	11.394	15.008	11.394
Despesa com plano de opções de ações	(1.420)	(1.615)	(1.420)	(1.615)
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rounet, outros)	380	707	380	707
Outras diferenças permanentes	(1.951)	805	(3.001)	(492)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(29.797)	(41.319)	(40.851)	(44.894)
Corrente	(32.117)	(42.121)	(42.971)	(47.055)
Diferido	2.320	802	2.120	2.161
Total	(29.797)	(41.319)	(40.851)	(44.894)
Taxa efetiva - %	20,42%	25,67%	26,02%	27,28%

12. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Salos e transações com empresas controladas e controladores

31/12/2016						
Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora						
Empresas controladas						
ARZZ Co LLC	-	7.239	-	-	-	-
ARZZ International INC	-	33.759	-	-	19.881	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	28.877	-	-	225	159.261	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	960	-	-	1.022	1.207	114.523
ZZEXP Comercial Exportadora	-	-	-	-	42	-
Total Controladora	29.837	40.998	-	1.247	180.391	114.523
Consolidado						
Acionistas controladores	-	-	-	-	1.214	-
Total Consolidado	-	-	-	-	1.214	-

31/12/2015						
Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora						
Empresas controladas						
ARZZ Co LLC	-	12.940	-	-	-	-
ARZZ International INC	-	28.442	1.055	-	27.195	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	28.797	-	-	357	146.806	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	3	-	-	4.091	1.289	108.008
Total Controladora	28.800	41.382	1.055	4.448	175.290	108.008
Consolidado						
Acionistas controladores	-	-	-	-	1.393	-
Total Consolidado	-	-	-	-	1.393	-

b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB e para a ARZZ International Inc. (controladas) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada). A partir de setembro de 2016 a ZZEXP (controlada) iniciou operação de compra da ZZSAP e venda para a ARZZ International Inc.

As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento do saldo de partes relacionadas é de 75 dias, enquanto o prazo médio de pagamento do saldo das partes relacionadas é de 6 dias.

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros. Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo (pró-labore e participação nos lucros) da Administração da Companhia foi de R\$ 5.590 (R\$ 5.613 em 31 de dezembro de 2015), como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração fixa anual salário/ pró-labore	5.121	4.897
Remuneração variável bônus	469	716
Total da remuneração	5.590	5.613

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações (Nota 32). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a despesa com plano de opções de ações de Administradores totalizou R\$1.107 (R\$1.133 em 31 de dezembro de 2015), e está sendo apresentada como despesa operacional antes do resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

d) Transações ou relacionamentos com acionistas

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 52,4% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

e) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços com empresas onde os sócios ou proprietários são membros do Conselho de Administração da Companhia, como segue:

- Contrato prestação de serviços de assessoria jurídica nas áreas cível, trabalhista e tributária com o Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho de propriedade do Sr. José Murilo Procópio de Carvalho. Esta empresa recebeu R\$111 (R\$278 em 31 de dezembro de 2015) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016;
- Contrato de prestação de serviço de consultoria em gestão de recursos humanos com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha. Esta empresa recebeu R\$577 (R\$624 em 31 de dezembro de 2015) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016; e
- Contrato de prestação de consultoria empresarial com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A., onde o Sr. Wellerson Cavaleiri participa como sócio. Não houve transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$630 em 31 de dezembro de 2015).

13. Participações societárias

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício	% Partic.	Investimento/ Provisão para perdas com investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
								31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ZZAB Com. de Calçados Ltda.	196.925	51.963	144.962	93.614	277.844	12.410	99,99	144.962	132.550	12.410	6.350
ZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda.	45.978	13.011	32.967	27.592	105.680	1.773	99,99	32.967	31.195	1.773	(3.222)
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	56.902	52.515	4.387	4.560	25.326	4.186	99,99	4.387	-	4.186	-
Investimentos								182.316	163.745	18.369	3.128
ARZZ International INC.	41.953	64.461	(22.508)	29.644	68.179	(7.028)	100,00	(22.508)	(24.487)	(7.028)	(9.856)
Provisão para perdas com investimentos								(22.508)	(24.487)	(7.028)	(9.856)
								159.808	139.258	11.341	(6.728)

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício, líquido da provisão para perdas	139.258	124.488
Integralização de capital	5.569	27.000
Ajustes de conversão do período ("CTA")	3.640	(5.502)
Equivalência patrimonial	11.341	(6.728)
Saldo no final do exercício, líquido da provisão para perdas	159.808	139.258

13. Participações societárias--Continuação

Aumento de capital:

No exercício de 2016, a controlada ARZZ International Inc. teve seu capital social aumentado de US\$9.139 mil para US\$10.639 mil, portanto um aumento de US\$1.500 mil, equivalentes a R\$5.569 integralizados em moeda no próprio exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada ZZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda teve seu capital social aumentado de R\$ 27.000 integralizados em moeda no próprio exercício.

14. Imobilizado

Controladora	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	13.219	(7.821)	5.398	11.200	(6.184)	5.016
Móveis e utensílios	7.536	(3.778)	3.758	7.484	(3.192)	4.292
Máquinas e equipamentos	7.099	(3.306)	3.793	6.596	(2.632)	3.964
Instalações e showroom	15.194	(6.373)	8.821	15.130	(5.010)	10.120
Veículos	221	(131)	90	242	(107)	135
Terrenos	101	-	101	578	-	578
Total	43.370	(21.409)	21.961	41.230	(17.125)	24.105

Consolidado	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	15.914	(9.687)	6.227	13.609	(7.605)	6.004
Móveis e utensílios	24.284	(10.051)	14.233	21.185	(7.511)	13.674
Máquinas e equipamentos	17.866	(8.506)	9.360	16.402	(6.903)	9.499
Instalações e showroom	67.214	(24.173)	43.041	62.842	(19.139)	43.703
Veículos	234	(144)	90	255	(120)	135
Terrenos	101	-	101	578	-	578
Total	125.613	(52.561)	73.052	114.871	(41.278)	73.593

14. Imobilizado--Continuação

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Total
SalDOS em 31/12/2014	4.957	4.465	3.963	10.731	169	101	24.386
Aquisições	1.581	465	633	810	27	477	3.993
Depreciação	(1.522)	(638)	(632)	(1.421)	(61)	-	(4.274)
SalDOS em 31/12/2015	5.016	4.292	3.964	10.120	135	578	24.105
Aquisições	2.019	271	503	420	-	-	3.213
Depreciação	(1.637)	(652)	(674)	(1.482)	(45)	-	(4.490)
Baixas	-	(153)	-	(237)	-	(477)	(867)
SalDOS em 31/12/2016	5.398	3.758	3.793	8.821	90	101	21.961

Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-
---------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	---

Consolidado	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Total
SalDOS em 31/12/2014	5.862	13.566	9.078	46.991	169	101	75.767
Aquisições	2.028	2.159	1.972	2.709	27	477	9.372
Depreciação	(1.939)	(2.143)	(1.539)	(5.722)	(61)	-	(11.404)
Baixas	(18)	(245)	(12)	(2.111)	-	-	(2.386)
Variação cambial	71	337	-	1.836	-	-	2.244
SalDOS em 31/12/2015	6.004	13.674	9.499	43.703	135	578	73.593
Aquisições	2.324	3.701	1.489	7.352	-	-	14.866
Depreciação	(2.047)	(2.404)	(1.628)	(5.688)	(45)	-	(11.812)
Baixas	(17)	(589)	-	(1.337)	-	(477)	(2.420)
Variação cambial	(37)	(149)	-	(989)	-	-	(1.175)
SalDOS em 31/12/2016	6.227	14.233	9.360	43.041	90	101	73.052

Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-
---------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	---

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2016.

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

15. Intangível

Controladora	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	3.521	-	3.521	3.330	-	3.330
Direito de uso de lojas	1.078	-	1.078	1.078	-	1.078
Direito de uso de sistemas	81.493	(39.554)	41.939	75.760	(25.652)	50.108
Total	86.092	(39.554)	46.538	80.168	(25.652)	54.516

Consolidado	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	3.644	-	3.644	3.459	-	3.459
Direito de uso de lojas	39.781	-	39.781	36.679	-	36.679
Direito de uso de sistemas	82.743	(40.207)	42.536	76.816	(26.225)	50.591
Total	126.168	(40.207)	85.961	116.954	(26.225)	90.729

Os detalhes da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2014	2.812	1.078	47.131	51.021
Aquisições	518	-	15.640	16.158
Amortização	-	-	(12.663)	(12.663)
Saldos em 31/12/2015	3.330	1.078	50.108	54.516
Aquisições	191	-	5.732	5.923
Amortização	-	-	(13.901)	(13.901)
Saldos em 31/12/2016	3.521	1.078	41.939	46.538

Vida útil média estimada Indeterminada Indeterminada 5 anos

Consolidado	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2014	2.928	39.598	47.550	90.076
Aquisições	517	117	15.769	16.403
Amortização	-	-	(12.804)	(12.804)
Baixas	-	(3.036)	(1)	(3.037)
Variação cambial	14	-	77	91
Saldos em 31/12/2015	3.459	36.679	50.591	90.729
Aquisições	192	4.001	6.007	10.200
Amortização	-	-	(14.003)	(14.003)
Baixas	-	(899)	(2)	(901)
Variação cambial	(7)	-	(57)	(64)
Saldos em 31/12/2016	3.644	39.781	42.536	85.961

Vida útil média estimada Indeterminada Indeterminada 5 anos

15. Intangível--Continuação

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contra partida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$19.374 na Controladora e no Consolidado (R\$16.220 em 31 de dezembro de 2015) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

15. Intangível--Continuação

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi 4%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 13,5% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas** - As receitas foram projetadas entre 2017 e 2021 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa.
- **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- **Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Capital de giro	-	-	16.419	19.654
Banco do Brasil (FINAME)	-	-	844	1.005
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	15.679	56.065	51.809	56.065
FINEP	36.978	46.429	36.977	46.429
	52.657	102.494	106.049	123.153
Circulante	26.201	65.521	78.970	85.336
Não circulante	26.456	36.973	27.079	37.817

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- (i) Capital de Giro nos Estados Unidos da América: denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + 1,35% fixo ao ano.
- (ii) Finame: 6% ao ano.
- (iii) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros + Spread do Banco, média em 31 de dezembro de 2016 de 3,39% ao ano.
- (iv) FINEP: Taxa de 4% e 5,25% ao ano, limitado à TJLP.

Vencimentos dos contratos

- Capital de giro (Bank of America): vencimento em setembro de 2017;
- FINAME: parcelas mensais com vencimento final em outubro de 2024;
- ACC: diversos contratos com vencimento final até dezembro de 2017; e
- FINEP: vencimentos em 2014 até setembro de 2021.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	10.522	-	10.743
2018	8.913	8.908	9.068	9.063
2019	8.592	8.592	8.709	8.709
Após 2019	8.951	8.951	9.302	9.302
Total	26.456	36.973	27.079	37.817

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas controladores e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas ("covenants") relacionadas a indicadores financeiros. Os contratos Finame possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário.

Pelos termos do acordo, a Companhia será a garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2016 o valor destas operações era de R\$1.846 (R\$1.631 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", utilizando-se recursos do BNDES em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. A Companhia é garantidora dessas operações. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia era de R\$5.067 (R\$3.855 em 31 de dezembro de 2015).

Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

17. Fornecedores

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	50.885	50.953	66.007	64.868
Partes relacionadas (Nota 12.a)	1.247	4.448	-	-
Fornecedores estrangeiros	437	13	438	13
	52.569	55.414	66.445	64.881

18. Obrigações trabalhistas

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários a pagar	10.273	33	12.030	1.830
Provisão para férias e encargos	6.373	6.282	11.609	11.046
	16.646	6.315	23.639	12.876

19. Obrigações fiscais e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS sobre vendas	127	-	4.045	5.826
Imposto de renda retido na fonte	4.222	3.641	4.693	4.273
Encargos sociais a recolher	2.419	2.049	4.264	3.887
PIS e COFINS	2.005	150	4.508	2.661
IRPJ e CSLL	-	-	3.527	1.950
Outros impostos e encargos	1.540	1.446	1.824	1.688
	10.313	7.286	22.861	20.285

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cível	288	240	326	240
Tributária	1.675	1.675	2.044	2.044
Trabalhista	3.585	2.311	4.839	3.310
	5.548	4.226	7.209	5.594

Cível - a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário - a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Trabalhistas - a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Controladora	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2014	484	1.675	2.346	4.505
Adições/atualizações	3	-	318	321
Reversões/pagamentos	(247)	-	(353)	(600)
Saldos em 31/12/2015	240	1.675	2.311	4.226
Adições/atualizações	309	-	1.320	1.629
Reversões/pagamentos	(261)	-	(46)	(307)
Saldos em 31/12/2016	288	1.675	3.585	5.548

Consolidado	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2014	507	2.044	2.766	5.317
Adições/atualizações	32	-	1.216	1.248
Reversões/pagamentos	(299)	-	(672)	(971)
Saldos em 31/12/2015	240	2.044	3.310	5.594
Adições/atualizações	356	-	2.328	2.684
Reversões/pagamentos	(270)	-	(799)	(1.069)
Saldos em 31/12/2016	326	2.044	4.839	7.209

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, nas esferas administrativas e judiciais, no montante aproximado de R\$75.230 na Controladora e no Consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento. Sendo o montante distribuído em R\$47.800, R\$25.327 e R\$2.103, respectivamente, na natureza trabalhista, tributária e cível.

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

- i) Auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 11 de junho de 2013, referente a IRPJ e CSLL contra a Companhia, que tem como um de seus objetos o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente da aquisição de participação efetuada pela BRICS Participações S.A. (BRICS) na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa. O ágio incorporado está sendo apresentado líquido da provisão retificadora, conforme requerido pela Instrução CVM nº 319/99, e representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os advogados da Companhia, a expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de R\$8.704.
- ii) Auto de infração emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul em 02 de abril de 2013, referente a acusação de creditamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro/2008 a dezembro/2011, resultando na exigência de ICMS. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os assessores jurídicos da Companhia, a expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de R\$5.534.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dos depósitos judiciais é de R\$10.361 na Controladora (R\$6.054 em 31 de dezembro de 2015) e R\$14.733 no Consolidado (R\$8.621 em 31 de dezembro de 2015).

21. Capital social e reservas

21.1. Capital social

Em 27 de abril de 2016, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$46.830, mediante a capitalização parcial da reserva de lucros, sem emissões de ações.

Em 03 de junho de 2016, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$981 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante de 48 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais sem valor nominal, do Lote II da primeira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2012, nos termos do Plano de Opções de Compra de Ações.

Em 18 de julho de 2016, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor R\$950 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante de 53 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais sem valor nominal, do Lote I da quinta outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de junho de 2016, nos termos do Plano de Opções de Compra de Ações.

	Ações em milhares	Capital social R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2014	88.682	220.086
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	40.111
Emissão de ações com plano de opção de ações	53	1.050
Saldo em 31 de dezembro de 2015	88.735	261.247
Aumento de capital com capitalização da reserva de lucros	-	46.830
Emissão de ações com plano de opção de ações	101	1.931
Saldo em 31 de dezembro de 2016	88.836	310.008

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizado em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

- a) Em 01 de junho de 2008, a BRICS Participações S/A (“BRICS”) foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$13.935. No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC Holdins S/A (“FIGEAC”).
- b) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$7.535.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$550 (R\$363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação do Plano de Opções, a Companhia constituiu a Reserva de Opções Outorgadas, no montante de R\$18.084, conforme descrito na Nota 32. Desse total, R\$4.177 foram reconhecidos em 2016 (R\$4.749 em 2015, R\$4.451 em 2014, R\$3.933 em 2013 e R\$ 775 em 2012)

21. Capital social e reservas--Continuação

21.3. Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2016 é R\$35.983.

Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D"), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$2.683.

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até o exercício de 2015 é de R\$275.220 e está fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016.

Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

21.4. Outros resultados abrangentes

Reserva para diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras

A Companhia reconheceu como outros resultados abrangentes, em linha específica do patrimônio líquido, as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, representadas por suas controladas localizadas nos Estados Unidos, cuja moeda funcional é o US Dólar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante é de R\$3.640 (R\$5.502 em 31 de dezembro de 2015).

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	116.149	119.663
Reserva legal - 5%	(5.807)	(5.983)
Lucro líquido à destinar	110.342	113.680
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	27.586	28.420
Dividendos e juros sobre o capital próprio	44.142	33.511
Juros sobre o capital próprio creditados e pagos	(6.306)	(4.865)
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	11.257	9.489
Dividendos intercalares pagos	52.975	18.704
Dividendos adicionais propostos		
Total	102.068	56.839
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	74.482	28.419
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório por ação - R\$	0,8384	0,3203

Em 29 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$18.704. Em 29 de abril de 2016 a proposta de distribuição de dividendos adicionais foi aprovada na Assembleia Geral da Companhia e pagos em 20 de maio de 2016.

Em 26 de setembro de 2016 a Companhia aprovou através de uma Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$11.257, pagos em 26 de outubro de 2016. Os dividendos intercalares pagos durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 06 de março de 2017, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$52.975 (R\$0,5963 por ação), sujeita à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos--Continuação

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Em 21 de junho de 2016, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos para o primeiro semestre de 2016 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$21.893 pagos em 15 de julho de 2016.

Em 12 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos para o segundo semestre de 2016 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$22.249 pagos em 29 de dezembro de 2016.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

23. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

a) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício (em milhares de reais)	116.149	119.663
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	88.786	88.704
Lucro básico por ação - R\$	1,3082	1,3490

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício (em milhares de reais)	116.149	119.663
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	88.786	88.704
Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	551	205
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	89.337	88.909
Lucro diluído por ação - R\$	1,3001	1,3459

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

24. Receita operacional líquida

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.152.217	1.093.826	1.402.008	1.307.096
Mercado externo	72.704	90.350	152.139	127.563
Devolução de vendas	(27.433)	(22.101)	(69.801)	(56.654)
Descontos e abatimentos	(2.787)	(1.212)	(2.787)	(1.212)
Impostos sobre vendas	(177.585)	(194.507)	(242.449)	(256.236)
Receita operacional líquida	1.017.116	966.356	1.239.110	1.120.557

25. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman e Fiever) e canais (franquias, multimarca, lojas próprias e web commerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta	1.554.147	1.434.659
Arezzo - mercado interno	803.779	737.549
Schutz - mercado interno	457.648	467.119
Anacapri - mercado interno	119.357	93.177
Outros	21.224	9.251
Mercado externo	152.139	127.563

Canal	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta	1.554.147	1.434.659
Franquias	686.334	638.293
Multimarca	303.661	305.194
Lojas próprias	301.315	291.540
Web commerce	108.080	68.760
Outros	2.618	3.309
Mercado externo	152.139	127.563

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica pois representa em 31 de dezembro de 2016 10% (9% em 31 de dezembro de 2015) da receita bruta. Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

26. Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(675.547)	(640.634)	(689.819)	(644.658)
Despesas comerciais	(136.479)	(111.617)	(302.708)	(249.242)
Despesas administrativas e gerais	(78.347)	(73.619)	(92.846)	(82.893)
Outras despesas operacionais, líquidas	(4.953)	(3.310)	(2.411)	(2.476)
	(895.326)	(829.180)	(1.087.784)	(979.269)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(18.391)	(16.937)	(25.815)	(24.208)
Despesas com pessoal	(104.753)	(88.154)	(180.358)	(151.877)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(679.137)	(642.027)	(695.629)	(648.119)
Frete	(18.562)	(19.690)	(23.927)	(24.438)
Despesas com ocupação de lojas	-	-	(35.946)	(31.503)
Outras despesas operacionais	(74.483)	(62.372)	(126.109)	(99.124)
	(895.326)	(829.180)	(1.087.784)	(979.269)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Valor justo

O quadro a seguir apresenta o valor contábil ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e bancos	5.020	5.020	8.822	8.822
Aplicações financeiras	237.824	237.824	217.859	217.859
Contas a receber de clientes	328.980	328.980	294.745	294.745
Empréstimos e financiamentos	106.049	106.049	123.153	123.153
Fornecedores	66.445	66.445	64.881	64.881

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração	
	Valor justo	Custo amortizado
Ativos		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e bancos	-	5.020
Contas a receber de clientes	-	328.980
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	237.824	-
Passivos		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	-	66.445
Empréstimos e financiamentos	-	106.049

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).
- Caixa e bancos, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

a.1) *Hierarquia de valor justo*

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

b) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase a totalidade de suas exportações possui financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber	42.409	39.402
Empréstimos e financiamentos	(51.809)	(56.065)
Exposição líquida	(9.400)	(16.663)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Exposição a riscos cambiais--Continuação

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma apreciação de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Moeda	Cenário provável (Valor contábil)	Cenário A	Cenário B
Depreciação da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	42.409	53.011	63.614
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R\$	(51.809)	(64.761)	(77.714)
Depreciação da Taxa em Referência para Taxa de Câmbio Dólar	R\$	3,26	25% 4,07	50% 4,89
Efeito no lucro antes da tributação			(2.350)	(4.700)

Em março de 2016 a Companhia firmou instrumento de hedge derivativo no valor de US\$294 mil com o objetivo de reduzir a sua exposição cambial nas operações comerciais de importação, considerando pagamentos a efetuar em dólares, vencido e liquidado em 20 de junho de 2016.

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado	
	31/12/2016	%
Juros fixos	52.653	50%
Juros com base na TJLP e Libor	53.396	50%
	106.049	100%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para o ano de 2016 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Aumento de despesa financeira				
Financiamentos – TJLP	R\$	2.773	3.467	4.160
Financiamentos – Libor	R\$	227	283	340
		3.000	3.750	4.500
Apreciação da taxa em			25%	50%
Referência para passivos financeiros				
TJLP		7,50%	9,38%	11,25%
Libor		1,38%	1,73%	2,07%

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

d) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A Administração monitora o risco da carteira de recebíveis semanalmente e, em caso de análise de riscos de não recuperação do crédito, ajusta a demonstração do resultado da Companhia. A análise é sobre os recebíveis vencidos com prazo superior a 30 dias, histórico de pagamentos dos clientes, garantias ofertadas e renegociações firmadas com avais. Os valores registrados em perdas efetivas ou provisão para perdas refletem o contas a receber não recuperáveis e casos de risco de baixa recuperação.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam instituições financeiras de primeira linha.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	80.373	28.870	140	109.383
Fornecedores	66.445	-	-	66.445

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 2016 e 2015.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	106.049	123.153
Caixa e equivalentes de caixa	(5.020)	(8.822)
Aplicações financeiras	(237.824)	(217.859)
Dívida Líquida	(136.795)	(103.528)
Total do capital	669.699	617.905
Índice de alavancagem financeira - %	(20,43)	(16,75)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	4.834	5.440	4.908	5.458
Rendimento de aplicações financeiras	26.362	23.823	27.888	23.970
Outras receitas	1.393	135	1.618	70
	32.589	29.398	34.414	29.498
Despesas financeiras:				
Taxa de administração de cartão de crédito	-	-	(6.397)	(5.927)
Descontos concedidos	(5.667)	(1.236)	(5.771)	(1.329)
Juros sobre financiamentos	(3.023)	(1.933)	(3.361)	(2.516)
Despesas bancárias	(2.500)	(2.516)	(3.308)	(2.974)
Despesas com custas cartoriais	(2.050)	(2.386)	(2.099)	(2.424)
Outras despesas	(432)	(601)	(1.492)	(983)
	(13.672)	(8.672)	(22.428)	(16.153)
Variação cambial, líquida	(6.102)	9.808	(6.312)	9.924
Total	12.815	30.534	5.674	23.269

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Plano de opção de ações	(4.177)	(4.749)	(4.177)	(4.749)
Taxa de franquia	1.103	1.152	1.103	1.152
Recuperação de despesas	934	700	939	713
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	(212)	21	3	(1.597)
Outras receitas (despesas)	(2.601)	(434)	(279)	2.005
	(4.953)	(3.310)	(2.411)	(2.476)

30. Compromissos com arrendamento operacional – locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 31/12/2016 (Consolidado)
Até um ano	14.961
Acima de um ano e até cinco anos	32.228

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$2.739 (R\$2.422 em 2015). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes a variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2016, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$32.871 (R\$29.064 em 31 de dezembro de 2015). O saldo da conta “Aluguéis a pagar” é de R\$1.545 (R\$875 em 31 de dezembro de 2015).

Parcela substancial dos aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2016, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio	136.000
	Responsabilidade civil	20.000

32. Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II.

Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

Em 26 de maio de 2014 o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da terceira outorga do Plano de Opções de Ações é 974.237 opções, sendo 29.395 do Lote I e 944.842 do Lote II.

Em 25 de maio de 2015 o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quarta outorga do Plano de Opções de Ações é 942.079 opções, sendo 73.955 do Lote I e 942.079 do Lote II.

Em 03 de junho de 2016 o Conselho de Administração aprovou a quinta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quinta outorga do Plano de Opções de Ações é 1.284.986 opções, sendo 99.538 do Lote I e 1.185.448 do Lote II.

32. Plano de opção de ações--Continuação

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

5ª Outorga – junho de 2016:

Em 13 de junho de 2016, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$17,68 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 20%.

Em julho de 2016 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

32. Plano de opção de ações--Continuação

Composição, movimentação e valor justo das opções

A composição para o plano de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações				
	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	5ª Outorga
Até 30 dias da data da outorga	45.059	22.539	21.744	52.741	53.735
A partir do primeiro aniversário	54.731	158.228	195.787	162.992	176.476
A partir do segundo aniversário	54.731	158.228	195.787	162.992	176.476
A partir do terceiro aniversário	109.462	316.455	391.572	325.984	352.952
Total	263.983	655.450	804.890	704.709	759.639

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	5ª Outorga
Saldo em 31/12/2014	118.829	506.704	751.770	-	-
Opções outorgadas	-	-	-	704.709	-
Opções exercidas	(58.023)	(99.198)	(56.686)	(52.741)	-
Opções baixadas (*)	-	-	-	(8.040)	-
Saldo em 31/12/2015	60.806	407.506	695.084	643.928	-
Opções outorgadas	-	-	-	-	759.639
Opções exercidas	(45.658)	-	-	-	(53.735)
Opções baixadas (*)	(15.098)	(99.654)	(161.098)	(88.408)	-
Saldo em 31/12/2016	50	307.852	533.986	555.520	705.904

(*) Opções baixadas pelo desligamento de funcionários participantes do plano de opções de ações.

32. Plano de opção de ações--Continuação

Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou o montante de R\$4.177 (R\$4.749 em 31 de dezembro de 2015) referente à despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga de 2012 foi o método Black & Scholes, enquanto para as outorgas de 2013 a 2016, a Administração definiu pela utilização do modelo Binomial.

Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª Outorga Junho/2012		2ª Outorga Junho/2013		3ª Outorga Junho/2014		4ª Outorga Junho/2015		5ª Outorga Junho/2016	
Lote	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Quantidade de ações										
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286	29.395	236.211	73.955	217.031	99.538	296.362
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286	N/A	236.211	N/A	217.031	N/A	296.362
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572	N/A	472.420	N/A	434.062	N/A	592.724
Preço de exercício - (R\$)	20,86	20,86	27,61	27,61	18,42	18,42	19,91	19,91	17,68	17,68
Valor justo por opção - (R\$)										
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82	4,95	9,82	1,55	8,52	6,66	6,16
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37	N/A	10,22	N/A	9,23	N/A	4,15
3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72	N/A	11,47	N/A	9,84	N/A	2,68
Dividendos esperados ("Dividend yield")	-	-	4,85%	4,85%	5,03%	5,03%	1,89%	1,89%	1,56%	1,56%
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%	27,95%	40,91%	24,93%	31,69%	24,01%	32,40%
Taxa de juro livre de risco										
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%	10,81%	11,75%	13,41%	12,48%	14,12%	12,59%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%	N/A	11,80%	N/A	12,33%	N/A	12,62%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%	N/A	11,86%	N/A	12,25%	N/A	12,68%
Período esperado até o vencimento - (dias corridos)										
1º Vencimento	30	365	30	365	30	365	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730	N/A	730	N/A	730	N/A	730	N/A	730
3º Vencimento	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095

33. Subvenções governamentais

Crédito presumido de ICMS

O Estado do Espírito Santo, através das Portarias 088-R de 29 de outubro de 2015 e 077-R de 01 de junho de 2016, inscreveu a Companhia, por sua Controladora e uma Controlada, respectivamente, no Cadastro do Contrato de Competitividade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia usufruiu do benefício fiscal totalizando o montante de R\$40.579. Este montante foi registrado no resultado reduzindo as despesas relacionadas de impostos sobre vendas.